

*Valor: As concessões de rodovias feitas em 2008 são alvo frequente de acusações de atraso em obras. Que medidas o governo tem tomado para resolver esse problema?*

**César Borges:** A concessão é um instrumento importante para o país e nós acreditamos nele, mas esse instrumento inclui obrigações de todos os lados. O concessionário deve atender os prazos contratuais. A agência reguladora [ANTT], que representa o Estado, deve acompanhar essa execução e defender os interesses dos usuários. É um processo de aprimoramento. Nós estamos agora numa fase de cobrança total, para que os serviços sejam executados dentro das cláusulas contratuais. Sabemos que os problemas realmente existem.

*Valor: Quais problemas?*

**Borges:** Você tem demora na execução e aprovação de projetos, tem a questão de aprovação ambiental, mas acontece que algumas concessionárias ficaram sem cumprir suas obrigações, não só por conta dessas questões, mas porque não fizeram os investimentos devidos.

*Valor: Houve, então, um descumprimento de contrato. Por que elas não foram acionadas?*

**Borges:** Elas foram. A ANTT apresentou uma relação de multas durante todo esse processo. As empresas foram multadas, mas é claro que elas têm direito à ampla defesa e recorrem.

*Valor: Essas multas nunca são pagas. Só a concessionária Autopista Litoral Sul, por exemplo, da BR-101 em Santa Catarina, foi multada em mais de R\$ 19 milhões pela ANTT, mas nada foi desembolsado.*

**Borges:** É verdade, é direito dela recorrer. Por isso, como a multa não está se mostrando eficaz para que as empresas tomem providências, nós tomaremos as providências que a lei nos permite. É um momento novo.

*Valor: O que isso significa?*

**Borges:** Faremos um aviso administrativo para as concessionárias, para que elas prestem todos os esclarecimentos e tenham direito de defesa. Caso esse direito de defesa e essa argumentação não seja suficiente, abre-se o processo administrativo, que poderá chegar à caducidade do contrato. O que o governo deseja é que as obras sejam feitas em todo o país, mas com bons resultados, servindo bem ao usuário. Se uma concessionária assina um contrato, deve estar imbuída desses propósitos. Se não estiver, não está à altura do compromisso. Já que as multas não estão sendo educativas e nem resolvendo a necessidade de se atender o que está no contrato, o momento é de iniciar os processos onde elas terão o direito formal de defesa. Se não forem suficientes, iniciaremos os processos administrativos, que pode chegar à caducidade.

*Valor: Uma vez notificadas, qual a consequência?*

**Borges:** A lei determina que seja feita uma notificação, que dá prazo de 10 dias para a empresa apresentar as razões que levaram à inexecução da obra. Se não forem acatadas, abre-se o processo administrativo que pode levar à caducidade.

*Valor: Que concessionária já foi notificada?*

**Borges:** No dia 22, notificamos a concessionária responsável pela BR-101 em Santa Catarina (Autopista Litoral Sul, do grupo Arteris).

*Valor: O mesmo ocorrerá com as demais concessões?*

**Borges:** A ANTT me encaminhou informações de que outras concessões também têm muitos processos de multa e que estão com prazos contratuais desajustados. Então, esses processos também devem ser instaurados.

*Valor: O senhor chegou a conversar com a empresa Arteris sobre a situação dos atrasos na BR-101?*

**Borges:** Falamos com a ANTT e com a concessionária. A empresa tem seus argumentos, que agora poderá fazer, formalmente. Mas, no fundo, as alegações dela não me parecem procedentes. Eu acredito que ela está realmente inadimplente na execução das obras. Nós vamos, claro, dar todo direito de defesa para a empresa. A ANTT deu o prazo de dez dias para que ela se manifeste. Se apresentar propostas para um termo de ajuste de conduta (TAC) que fixe prazo e investimentos razoáveis, pode ser que se tenha um TAC para a condução da obra.

*Valor: O senhor acha que esse contrato deve caducar?*

**Borges:** Eu não vou prejudicar. Mas eu acho que há uma insatisfação grande, há atraso. Para ser mais preciso, há uma inexecução grave, do ponto de vista de proporção do que foi assumido. Mas não podemos prejudicar, vamos aguardar os passos seguintes, não posso adiantar uma decisão sobre explicações que ainda vão acontecer.

*Valor: A concessão da BR-116, na Bahia, que é o Estado do senhor, também é alvo de reclamações. Como o senhor avalia a situação dessa concessão, que é controlada pela empresa ViaBahia?*

**Borges:** Já olhei esse caso e conversei com a empresa. Sou um usuário dessa rodovia e posso dizer que estou mal servido, sem sombra de dúvidas. A concessionária atrasou a execução. Há um atraso de dois anos do primeiro trecho de 90 quilômetros de duplicação (a concessão abrange 680 km de extensão). Esses 90 quilômetros só serão concluídos em fevereiro de 2014. De qualquer forma, entendo que é um prazo razoável e que, pelo menos, atende uma parte do compromisso. Em outubro, será disparado mais um gatilho, para que ela duplique lotes de 90 quilômetros a cada ano, até concluir a obra.

*Valor: Essas notificações, portanto, vão atingir todas as concessões feitas em 2008?*

**Borges:** A minha posição, desde que cheguei aqui no ministério, é de total inflexibilidade com o descumprimento dos contratos assumidos com o governo. Se houve questões que afetaram o andamento, como o licenciamento ambiental, esse assunto está superado. Agora, ou executa ou será notificado e abriremos o processo administrativo. É fundamental preservar o modelo da concessão. E para preservá-lo, é preciso que ele tenha êxito, um pedágio que se transforme em benefício para a população. Não tenho dúvidas que as concessões trouxeram melhorias às estradas, mas só isso não satisfaz o usuário. Ele quer a duplicação, a melhoria da rodovia por inteiro, o que não está ocorrendo.

*Valor: O senhor considera que a fiscalização feita até agora pela ANTT é muito frouxa?*

**Borges:** Se formos analisar os casos, vemos que há vários aspectos. Há situações em que o projeto teve de ser aprimorado e outros, refeitos. Houve problemas ambientais. Mas em muitos casos, sem sombra de dúvidas, houve problemas de investimento por parte do concessionário. E isso, superados os demais obstáculos, é inaceitável.

*Valor: A ANTT é alvo de investigações do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União, sob indícios de ter uma fiscalização frágil. Há um ano, a agência está com sua diretoria desfalcada. Essa situação não prejudica o trabalho?*

**Borges:** A agência já tem todos os membros de sua diretoria indicados pela presidente Dilma Rousseff. Agora, isso depende do Senado, não é mais atribuição do Executivo. Não controlamos esse processo. Espero que o Senado aprove o mais rápido possível. Pelo número de multas dadas, a ANTT mostrou-se presente. Acontece que, no momento atual, se as multas não têm o efeito desejado, partiremos para o processo administrativo.

*Valor: Os atrasos atingem todas as concessões de 2008?*

**Borges:** A ANTT está fazendo esse levantamento. A ideia é que ela possa solicitar explicações para mais três ou quatro concessionárias, por meio das notificações que iniciarão o processo administrativo. Estou há menos de dois meses no ministério e ainda não consegui analisar uma a uma. Por isso, olhei os casos mais agudos, de Santa Catarina e Bahia.

*Valor: Quando outras concessionárias serão notificadas pela ANTT?*

**Borges:** Isso deve acontecer nos próximos dias.

*Valor: O governo vai licitar mais 7,5 mil km de rodovias neste ano. Como esse novo posicionamento repercute sobre as novas propostas de concessão?*

**Borges:** O Programa de Investimento em Logística (PIL) ainda não foi lançado porque estamos tomando as providências e cuidados para que os projetos sejam atrativos e para que haja concorrência, de modo que, depois, tenhamos empresas que cumpram tudo aquilo que assumiram em contrato. Até porque, por determinação da presidente, as duplicações, que atingem um total de 5,7 mil quilômetros dessas novas concessões, terão que ser feitas em cinco anos.

*Valor: O governo já cedeu em vários pontos dos editais. A exigência de duplicação em cinco anos é criticada pelas empresas. Há possibilidade desse prazo mudar?*

**Borges:** Essa regra não muda. A duplicação terá que ser concluída em cinco anos. Todas as rodovias devem ser licitadas em setembro, com mais três meses para assinar o contrato. Nossa preocupação central é preservar a credibilidade do governo. Por isso, temos que exigir aquilo que estará previsto no contrato.

*Valor: E qual é a situação das primeiras concessões, feitas na década de 90?*

**Borges:** Essa é outra vertente. Há obras que não estavam previstas nesses contratos, mas que se tornaram necessárias. Nós estamos avaliando intervenções necessárias. Os investimentos serão feitos pelo governo. Isso significa que não haverá aumento de pedágio para o usuário.

*Valor: Que obras necessárias já foram identificadas?*

**Borges:** É caso da subida da serra de Petrópolis, no Rio, e da Nova Dutra, com a construção de vias marginais na rodovia, além de um gargalo que existe na Serra das Araras. Poderá ser o caso da BR-324 na Bahia (concedida em 2008), na saída de Salvador, onde talvez seja necessário implantar uma terceira via de tráfego que não estava prevista.

*Valor: As ferrovias são outro problema. A Valec afirma que não tem mais trilhos para instalar. Como resolver essa situação?*

**Borges:** Os problemas realmente existem, eles são grandes e variados. Mas nós só temos uma saída, que é se debruçar sobre eles e resolvê-los. Estamos num país que tem um arcabouço com legislações e direitos que devem ser seguidos. Há um cipoal de leis e fiscalizações que inibem a execução. Talvez, o que ocorra é que o Executivo ainda não esteja preparado para lidar com tudo isso de forma tempestiva.

**Valor:** *Como o senhor vai resolver a falta de trilhos para a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrovia Oeste-Leste, da Bahia?*

**Borges:** Temos algumas possibilidades. A primeira é a nova licitação, que vai ocorrer nos próximos dias e que, esperamos, terá sucesso. As duas anteriores já foram canceladas. Essa nova licitação será dividida em lotes. O problema é que isso só fará com que os trilhos cheguem no fim do ano. Por isso, outra possibilidade é trazer os trilhos emprestados da Transnordestina.

**Valor:** *O acordo com a Companhia Siderúrgica Nacional, que é dona da Transnordestina, já está fechado?*

**Borges:** A Valec está em tratativas para trazer os trilhos. Por mim, ela já teria trazido.

**Valor:** *A CSN se mostrou favorável a esse empréstimo?*

**Borges:** Ela se posicionou positivamente, e teria essa capacidade [de emprestar até 40 mil toneladas de trilhos]. A Valec está apenas verificando o custo do transporte e de como embutir isso nos custos dela, para depois devolver o material. Outra possibilidade é que a própria construtora compre o trilho e que seu contrato seja aditivado pela Valec. Também é possível conceder o trecho, passando essa tarefa dos trilhos para a empresa que assumir a concessão, mas isso é mais remoto. (*Valor Econômico*)